

## Tardição de Cemitério do Peixe é inventariada

\_\_\_\_\_ página 03



Carlos Avelin

Romaria de São Miguel Arcanjo e Almas, em agosto, é celebração no lugarejo que fica praticamente abandonado durante o restante do ano



PEQUENOS OLHARES  
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



\_\_\_\_\_ Confira na página 08

Entrevista: Diretora de Patrimônio da PBH fala sobre aspectos culturais da cidade e os desafios da preservação

\_\_\_\_\_ páginas 06 e 07



Delicadeza em artesanato tradicional de Piranga

\_\_\_\_\_ página 09

**Impresso  
Especial**

7397091256-DR/MG  
IEPHA/MG

...CORREIOS...

## | Maior participação na defesa do patrimônio

Como já divulgado anteriormente, a Secretaria de Estado de Cultura desenvolve em Minas, sob a coordenação do Iepha/MG, ação pioneira no Brasil, cujo objetivo é mobilizar os diferentes segmentos sociais para uma atuação conjunta, a partir do âmbito municipal, em defesa e promoção de nosso patrimônio: a Jornada Mineira do Patrimônio Cultural.

É um momento em que os municípios mineiros poderão destacar, de formas variadas, a celebração de suas memórias e identidades culturais inseridas no atual momento histórico, com realizações que podem estar estruturadas nos bens culturais imóveis, quanto nos móveis e materiais.

O importante para a Jornada são as adesões dos municípios e demais segmentos sociais de forma inovadora e participativa, visando o reconhecimento de pertencimento e a fruição do Patrimônio Cultural por todos.

É esperado que sejam organizadas desde mostras de pequenos acervos — públicos ou privados —, manifestações da cultura popular, encontros, festas escolares, cursos, oficinas, seminários, exposições, peças de teatro, visitas guiadas, feiras gastronômicas até ações educativas destinadas a diferentes públicos.

Portanto, as possibilidades de adesão são diversas; o que se prioriza é o envolvimento dos diferentes segmentos sociais, possibilitando ações que possam ser motivo de reflexão e celebração do patrimônio cultural em setembro de 2009. É uma forma de construirmos, em conjunto, a programação da Jornada, bem como discutir questões de descentralização e co-responsabilidade através de políticas públicas, que visem também a inserção dos bens culturais no mundo contemporâneo, permitindo sua interação na vida cotidiana e no desenvolvimento sustentável.

O Bem Informado deste mês mostra um conjunto de reportagens que contribuem para despertar nos leitores reflexões. Temos um ofício singular em Piranga, ligado às tradições do mês de maio; o trabalho da Diretoria de Proteção e Memória no inventário realizado na localidade Cemitério do Peixe, de tradição de romaria, em Conceição do Mato Dentro; Antônio M. Claret de Gouveia nos faz um alerta sobre “o fogo outonal”; e o Pico do Ibituruna é destaque como patrimônio natural.

A entrevistada do mês, historiadora Michele Arroyo, fala de Belo Horizonte e a missão da preservação do patrimônio, lembrando que as políticas de inserção do patrimônio cultural na contemporaneidade não são só de caráter técnico, ao afirmar que: “O patrimônio precisa ser reconhecido em todas as esferas como mais um vetor, independente e com demandas próprias”, e “temos que abrir mão um pouco dos nossos olhares técnicos, pré-fixados, e escutar mais realmente a cidade”.

Para finalizar parabenizamos os municípios mineiros pela surpreendente participação no ICMS Patrimônio Cultural que atingiu a marca de 691 relatórios entregues, a maior participação da história, e contamos com suas adesões à Jornada Mineira do Patrimônio Cultural.

Carlos Roberto Noronha  
Presidente

## Jornada Mineira do Patrimônio Cultural

O folder de adesão à Jornada Mineira do Patrimônio Cultural já foi enviado a todos os municípios mineiros. Prefeituras, conselhos municipais de patrimônio, associações culturais, organizações não-governamentais receberam o folder-cartaz e têm até o dia 20 deste mês para propor ações que possam integrar a programação da Jornada, que vai acontecer durante todo o mês de setembro.

Promovida pela Secretaria de Estado de Cultura e organizada pelo Iepha, a proposta da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural é se tornar um evento anual, como ocorre na França, estimulando e desenvolvendo atividades de educação e sensibilização da sociedade, favorecendo a transmissão de seus valores culturais e promovendo sua inserção contemporânea em um projeto mais amplo de valorização da diversidade do Patrimônio Cultural Mineiro. Informações podem ser obtidas pelo email [jornada@iepha.mg.gov.br](mailto:jornada@iepha.mg.gov.br) ou pelo telefone (31) 3235-2868.



## Expediente

### GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

### INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

### BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m<sup>2</sup> - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | [www.iepha.mg.gov.br](http://www.iepha.mg.gov.br)

Envie sua sugestão para: [jornal@iepha.mg.gov.br](mailto:jornal@iepha.mg.gov.br)

## Localidade de romaria é inventariada

**A**caba de ser concluída por técnicos da Gerência de Identificação do Iepha, a ficha que manterá preservadas as informações sobre a localidade de Cemitério do Peixe, em Conceição do Mato Dentro. A inclusão do cemitério no Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG) é o reconhecimento pelo Estado de sua importância cultural como local de romaria, uma das mais tradicionais manifestações coletivas de cunho religioso.

Realizada todos os anos na semana do dia 15 de agosto, a Romaria de São Miguel Arcanjo e Almas tem uma programação que inclui missas, confissões, catequese, festa de celebração aos mortos, levantamento do mastro, procissões, além de outras celebrações como casamentos, batizados etc. De acordo com um dos organizadores da festa, João Carlos, morador de Capitão Felizardo, no dia do levantamento do mastro, o número de pessoas chega aproximadamente a oito mil, entre fiéis e curiosos. Durante todo o resto do ano, o lugarejo é uma espécie de cidade fantasma, com dezenas de pequenas casinhas totalmente desocupadas. Apenas uma família “guardiã” habita o local.

“Concluído esse inventário, nossa intenção é documentar também outras localidades mineiras que sediam romarias como o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Piranga, e a localidade de Mato Grosso, no Serro”, conta a gerente de Identificação do Iepha, Angela Cãnfora. Ela explica que o inventário do Cemitério do Peixe foi realizado antes dos demais por uma certa urgência, uma vez que foi observado um início de descaracterização do local e, inclusive, de loteamento da área para venda.

Segundo Angela Cãnfora, o levantamento de informações e imagens do cemitério é muito importante para documentar a conservação atual e garantir sua preservação. “O inventário nos apresenta a localidade e suas especificidades. Além disso, contribui para que essa tradição seja difundida e estimula seu reconhecimento e a conscientização das comunidades quanto à sua importância”, explica.

### | Em louvor aos mortos

A ficha de inventário do Cemitério do Peixe – que inclui registro fotográfico – deve ser complementada com pesquisa histórica que dê conta tanto da origem da



Fotos: Carlos Avelin

localidade e do cemitério, quanto dos festejos religiosos que abriga. Uma das bases deste levantamento será um estudo desenvolvido pela historiadora Eliane de Matos Magalhães, em sua passagem pela Superintendência de Pesquisa do Iepha, em 2002.

Dentre algumas curiosidades apontadas no documento está uma possível explicação para a Romaria ser realizada em honra a São Miguel - arcanjo a quem popularmente foi atribuído o auxílio às almas que não têm quem reze por elas. Segundo a tradição oral, o Cemitério do Peixe teve origem no século XVIII, quando a região era conhecida por “rota do contrabando”, onde passavam contrabandistas de ouro e diamantes. Para controlar essa atividade clandestina, foi construído um forte, onde os contrabandistas eram presos. Muitos deles morriam e eram enterrados onde hoje se localiza o Cemitério do Peixe. No século XIX, ali foi erigida uma capela em louvor às almas desamparadas e posteriormente foi inserido o culto a São Miguel Arcanjo para protegê-las.



« O casario fica praticamente abandonado durante todo o ano

## Para que conservar

É de fundamental importância refletir sobre o significado de conservação numa instituição, como o Iepha, que tem como finalidade primeira a proteção do patrimônio cultural mineiro. Para que preservar? Por que se conservam monumentos/documentos?

Em primeiro lugar, faz-se necessário lembrar que patrimônio, no seu sentido mais amplo, diz respeito a legado, herança. Algo que se quer deixar para as gerações futuras. Quando se acrescenta à palavra patrimônio adjetivos como cultural e mineiro, tem-se a conotação de bens culturais produzidos por uma dada comunidade e que são destinados ao usufruto não apenas desta comunidade, mas de toda uma nação, senão também, em certo sentido, das demais comunidades internacionais. Tem a ver com a necessidade de pertencimento, de identidade.

Portanto, esse significado de patrimônio está intimamente relacionado à memória. Conserva-se para garantir às gerações futuras o usufruto das produções passadas e, porque preservam sua memória, os documentos passam a ser testemunhos de sua identidade.

Além deste papel, a conservação documental e bibliográfica garante o direito do cidadão que quer obter informações com objetivos de orientar suas decisões; saber mais sobre suas origens; buscar certidões probatórias sobre direito de propriedades, ou outros. Convém ressaltar, ainda, que os documentos registram as manifestações das pessoas, de instituições públicas ou privadas. Deste modo, não é menos importante a garantia da difusão de conhecimentos que esses acervos podem proporcionar.

A História, como estudo metodicamente produzido a partir do século XIX, teve no documento escrito sua principal fonte de conhecimento do passado. Portanto, foram os documentos escritos os privilegiados como provas da “veracidade” dos



▲ Mapas e plantas também exigem cuidados no acondicionamento



Acervo Iepha

▲ A conservação da documentação é fundamental para a permanência do acervo

fatos narrados pelo historiador. Desde as primeiras décadas do século XX, os historiadores debatem sobre a ampliação do conceito de documento e passam a definir que qualquer vestígio das sociedades humanas são testemunhos do passado e fonte de produção de conhecimento para gerações presentes e futuras.

Da mesma forma, os monumentos são também materiais da memória quando lhes são atribuídos significados e valor como importante testemunho do passado. Portanto, a instituição pública que tem como dever proteger monumentos deve estar atenta aos seus documentos. A conservação adequada desses materiais depende, sobretudo, de se ter uma política de preservação de acervos arquivísticos bem definida por parte desta instituição. Pois é através desta documentação que se desenvolvem pesquisas que trazem benefícios para o futuro e resgatam a história cultural mineira.

Entretanto, atualmente, esses registros não se apresentam apenas em suportes como o papel. Cabe lembrar que a evolução acelerada das mudanças advindas da tecnologia moderna, vistas como inovação, é também uma preocupação, pois parte desta tecnologia moderna advém do uso da informática e do meio digital como suporte de documentos. Suporte este que se torna obsoleto em pouco tempo, necessitando estar sob constantes revisões e adequando-se às novas tecnologias.

A conservação da documentação de um arquivo é de fundamental importância para assegurar uma longa vida útil para o acervo como um todo. O método mais eficiente visando diminuir custos e aumentar sua longevidade é prevenir, da melhor forma possível, a sua deterioração. Portanto, em última análise, deve-se ter sempre em mente que é importante conservar para não precisar restaurar.

## Iepha participa de fiscalização integrada



^ Trabalho conjunto facilita o diagnóstico dos problemas e a agilidade nas soluções

Sabará foi palco da primeira ação coletiva entre equipes do Iepha, Iphan, Ministério Público Estadual (MPE), Crea/MG e Corpo de Bombeiros, dentro do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada. Entre os dias 15 e 17 de abril, 11 equipes e mais de 30 agentes verificaram - cada um em sua área de atuação - 113 imóveis, entre igrejas, prédios públicos e comerciais, casarões e monumentos públicos.

Além de observar o estado de conservação dos bens culturais, foram verificados aspectos como acessibilidade, regularidade de obras, existência de instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico, bem como a existência e manutenção de equipamentos de segurança contra furtos de bens móveis. Durante a operação, também foram distribuídos cartazes da campanha de prevenção e combate aos crimes contra o patrimônio cultural sacro de Minas Gerais.

Para a gerente de Ação Preventiva do Iepha, Alessandra Deotti, o trabalho conjunto dos órgãos é muito positivo para o patrimônio cultural mineiro. "É uma soma de esforços tanto para diagnosticar problemas quanto para encaminhar as soluções de forma mais rápida e mais eficiente". A arquiteta ainda lembra que a parceria entre Iepha e MPE já vem de longa data, em diversas situações envolvendo bens culturais do Estado. "São linhas de ação que se complementam, o Iepha com o conhecimento técnico e o Ministério Público com seu poder de ação legal. Com o Programa de Fiscalização Integrada somam-se novas aptidões e o trabalho ganha reforço em torno de um só objetivo", avalia.

### Danos reversíveis

As equipes envolvidas na operação receberam prazo de 15 dias para encaminhar seus relatórios ao Ministério Público. Nos casos em que são constatadas irregularidades, os responsáveis são chamados e devem assinar um termo de ajustamento de conduta e, caso não aceitem, serão acionados judicialmente.

Entre as principais irregularidades encontradas pelo Iepha durante a operação

estão a execução de obras sem projeto aprovado, além de várias intervenções e descaracterizações já cometidas, especialmente no distrito de Ravena. De acordo com Alessandra Deotti, apesar de muitas destas alterações serem irreversíveis, alguns danos ainda podem ser recuperados. "É possível fazer um trabalho de recuperação e de conservação do patrimônio cultural de Sabará, mas é preciso ação urgente. Por isso, é essencial que o trabalho não se encerre com a fiscalização e a constatação dos problemas, o esforço deve continuar para que a gente possa alcançar resultados de fato positivos para a comunidade", afirma.

Esta primeira ação, em Sabará, funciona como um piloto para uma série de vitórias que devem ser realizadas ainda este ano pelas equipes em municípios de diversas regiões do Estado, ainda mantidas em sigilo. Para as próximas operações, está sendo elaborada, inclusive, uma cartilha educativa para ser distribuída aos proprietários de imóveis históricos e agentes culturais de referência nos municípios.



^ Em Ravena, exemplo de edificação descaracterizada



## Paisagem heterogênea formada pela modernidade



Completando dez anos à frente da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Michele Arroyo comemora a trajetória de sucesso e investe em mais um passo: a conclusão do doutorado em Ciências Sociais, que terá como produto o trabalho “A diversidade cultural da cidade contemporânea: uma interpretação a partir das políticas públicas de proteção do patrimônio cultural”. Nesta entrevista ao **Bem Informado**, Michele — que é graduada em História, especialista em Arte Barroca e em Gestão da Memória (Patrimônio, Arquivo e Museu) e mestre em Ciências Sociais — fala sobre os desafios e um pouco da rotina do trabalho com o patrimônio cultural da capital mineira.

**Belo Horizonte cresceu e se modernizou muito em pouco tempo e, mesmo assim, apresenta um vasto e rico patrimônio histórico protegido (cerca de 700 imóveis tombados em âmbito municipal). Como a senhora analisa esse fato?**

BH foi projetada no final século 19, pouco tempo depois da República, e, por conta disso, uma série de simbologias políticas acabaram sendo representadas no espaço físico da cidade. Ao mesmo tempo, do ponto de vista social, a construção da cidade forçou uma série de acontecimentos e mudanças que, de certa forma, vieram à revelia do projeto original da cidade. Belo Horizonte começa uma cidade projetada, mas é alterada já na própria construção pelos que vêm morar, trabalhar e têm expectativas com essa cidade moderna. Era importante ter esse título de cidade moderna, projetada para o futuro. Mas essa modernidade acelerada, que pressupunha sempre estar à frente, traz transformações rápidas e, claro, algumas dificuldades. A modernidade criou muitos pontos positivos para a cidade, mas em relação à paisagem cultural ela sofreu muito.

O núcleo histórico dentro da Avenida do Contorno, que refletia o pensamento da época e o que se pretendia com a cidade, sofreu muitas alterações. Não se tem mais aquela escala urbana que foi pensada anteriormente e a paisagem acabou muito mais marcada pela heterogeneidade. O “fora do Contorno” acabou entornando para dentro da própria avenida. Não há, como se costuma dizer, uma cidade homogênea dentro do anel da Contorno e uma cidade não planejada fora dela. Na verdade, o que temos é um traçado, um desenho urbano planejado dentro da Contorno, mas uma paisagem bastante heterogênea tanto fora — nos

bairros que cercam a avenida — quanto dentro dela. Por tudo isso, quando a gente pensa uma política pública de proteção do patrimônio cultural para a cidade, precisa ter como princípio a heterogeneidade. Precisa ser uma política patrimonial que pense na pluralidade, extrapolando a Avenida do Contorno, e entendendo a própria natureza dos bens pensados como patrimônio cultural da cidade.

**Belo Horizonte é um conjunto cultural com muitas singularidades. Quais a senhora destacaria como as maiores preciosidades culturais do município?**

Em termos amplos, os conjuntos urbanos da área central são bem característicos de diversas fases da ocupação dentro da Contorno. São importantes porque mostram como a história vem acontecendo ao longo dos tempos. Belo Horizonte propicia que você experimente a história viva, com todas as suas mudanças e o dinamismo próprios de uma grande cidade. Você tem edificações ecléticas, art déco e modernas, as diversas formas de se morar que vão mudando e a substituição de costumes impressos nelas.

Fora da Contorno, os bairros tradicionais são núcleos urbanos muito interessantes porque preservam ainda as características das formas de viver tradicionais e as relações cotidianas de vizinhança — como os bairros de Santa Tereza, Prado, Carlos Prates ou Lagoinha. Não dá para não falar também na Pampulha, que é um espaço ícone por vários motivos. A arquitetura modernista que é um marco, uma referência internacional é, ao mesmo tempo, a cara de Belo Horizonte e o que a cidade pode oferecer

de mais global. Além disso, é um dos espaços públicos mais democráticos de apropriação da comunidade em termos de lazer.

Por último, a gente tem que destacar a Serra do Curral e seus mais de 50 quilômetros, do Taquaril ao Barreiro. E hoje temos um outro olhar que entende a Serra não apenas como um patrimônio natural, mas também sob um aspecto simbólico, que abriga tantos acontecimentos a seus pés e é uma referência urbana para nós que moramos aqui.

**Na última década o município empregou um esforço notável na reabilitação da região central como ponto de encontro e convivência social. Qual foi o papel da Diretoria de Patrimônio na orientação deste resgate?**

O sentido do projeto — chamado de “Centro Vivo” — foi exatamente uma preocupação em como a dinâmica urbana estava afetando o centro da cidade. Tivemos várias discussões no sentido de reforçar a idéia da descentralização — que veio do final dos anos 80 e nos anos 90 —, mas com o cuidado de não enfraquecer o centro urbano, que é uma referência para todos. É importante pensar no centro como o motor da cidade e que, por alguns aspectos, veio perdendo a vitalidade que tinha desde a construção de BH. A proposta então era pensar quais os aspectos que perderam a vitalidade e como eles poderiam ser reapropriados, possibilitando que novas leituras, novas relações, fossem estabelecidas. Assim, o que se buscou foi reforçar essa identidade, a simbologia, e a própria questão econômica do centro da cidade e os aspectos sociais — como a questão do transporte coletivo e do privado, da circulação de pedestres, do uso comercial, dos serviços que perderam um pouco de força e do uso residencial, que também perdeu força e se alterou muito. Era necessário pensar como o centro da cidade — que é um espaço carregado de simbologias, de histórias plurais sobre a cidade e, ao mesmo tempo, com um patrimônio cultural muito representativo — poderia manter sua ligação, mesmo com a descentralização, e continuar sendo referência. A partir dessa discussão se chegou a alguns projetos, mais especificamente voltados à área de patrimônio cultural, que foram bastante representativos. Um exemplo foi a Praça da Estação, com a recuperação da esplanada, da parte jardinada e do próprio Museu de Artes e Ofícios que está inserido nesse contexto junto a outros aparelhos culturais no entorno da praça.

**Quais a senhora considera as melhores destinações para imóveis tombados?**

Os imóveis históricos têm que ser pensados de uma forma flexível que vá além da tradicional relação passado x futuro, de se preservar o passado para garantir que ele seja conhecido no futuro. Esse conceito não dá conta de que o tempo presente é que é o principal, porque não é possível transmitir ao futuro valores passados que não podem ser compreendidos porque já não existem mais. Uma casa centenária construída para ser uma moradia, por exemplo, não pode ser obrigada a continuar sendo uma residência, já que a própria forma de viver mudou. Essa ocupação pode ser diferente, os imóveis podem ser apropriados, adaptados para outros usos, desde que respeitem e sejam compatíveis com sua história, ou seja, que continuem capazes de contar sua origem e

sua trajetória. O importante é que essa memória sobreviva para ser vivida ainda no futuro. Para determinados imóveis, seus usos públicos ou institucionais muitas vezes sobrevivem e permanecem, mas isso não precisa ser regra. O sentido da preservação não é que se mantenha o imóvel idêntico ao original, nem no uso nem na sua apresentação. Nem acho que seja preciso, como se pensava na década de 30, restaurar igualzinho à construção original. Se o imóvel precisa contar sua história, temos que lembrar que ela inevitavelmente deixa marcas que também precisam ser preservadas. Nosso papel de preservação é conseguir o equilíbrio, sem que o imóvel seja descaracterizado ou perca suas referências ao longo do tempo.

**Qual a importância do trabalho articulado entre os órgãos de preservação municipal, estadual e federal? Até onde o envolvimento da comunidade é fundamental?**

Essa articulação é fundamental para que haja troca de experiências, que se somem esforços e para se ter projetos comuns que tenham mais força, representatividade e capacidade de articulação e permeabilidade na sociedade. Acho que essa interlocução precisa acontecer plenamente, ser de fato uma colaboração. Mais que isso, precisamos ter uma sistemática de atuação em que os órgãos não repitam as mesmas ações, e sim colaborem uns com os outros. Cada órgão dando conta das especificidades, dos valores e do cotidiano do seu universo, do município, do estado, com a certeza de que esses valores são únicos, mas também compartilhando e somando, alimentando e garantindo sustentabilidade no trabalho uns dos outros. O ideal seria criar diretrizes comuns que atendam a todas as instâncias e, dentro disso, cada um ter sua atuação, mantendo seu mecanismo de gestão e a individualidade que cada instância deve ter.

**Quais são, na sua opinião, os maiores desafios para a preservação do patrimônio?**

O maior desafio é fazer com que as discussões técnicas e acadêmicas reflitam em avanços efetivos nas políticas públicas, em ações que orientem de fato nosso próprio trabalho. Passou da hora de pararmos de brincar de “don quixotes” cheios de ideologia e bravura e começarmos a fazer valer realmente algo que deve ser contemplado com recursos, com a elaboração de projetos palpáveis, com financiamento e implementação efetiva. Não dá mais para encarar o patrimônio como um simples reboque de outras políticas, agraciado quando há um projeto para o turismo ou o desenvolvimento urbano. O patrimônio precisa ser reconhecido em todas as esferas como mais um vetor, independente e com demandas próprias.

Outro desafio também é encontrar canais diretos para a participação da sociedade civil nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural. Só que, para isso, temos que abrir mão um pouco dos nossos olhares técnicos, pré-fixados, e escutar mais a cidade. O que as pessoas entendem por patrimônio e que valor elas dão aos bens protegidos, ou quais os bens em geral a que elas dão valor? Temos que aprender a escutar o que é valor para as comunidades porque aí sim cria-se uma troca, e só daí é possível construir políticas públicas para além dos conceitos, legitimadas por quem o mantém vivo. Esse é o grande desafio.



## PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O detalhe faz parte da tela de Cândido Portinari, localizada no salão de festas do late Tênis Clube, às margens da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte.

O clube integra o complexo arquitetônico da região da Pampulha. Jardins de Burle Max, pinturas de Portinari e esculturas de Cechiatti, Zamoiski e José Pedrosa valorizam e ornamentam a edificação projetada por Oscar Niemeyer. A construção tem tombamento federal, municipal e estadual.

### | O artista

Cândido Torquato Portinari nasceu no interior de São Paulo, numa fazenda de café, no dia 29 de dezembro de 1903, filho de imigrantes italianos. Ainda muito jovem manifestou sua vocação artística. Aos 9 anos, trabalhou com pintores italianos na restauração da igreja de sua cidade natal.

Candinho, como era carinhosamente chamado, pintou quase cinco mil obras, de pequenos esboços a grandes murais. Considerado um dos maiores pintores brasileiros, suas obras mais conhecidas são Meio Ambiente, Colhedores de Café, Os Retirantes, o mural Guerra e Paz, na sede da ONU/Nova York. Ele morreu no Rio de Janeiro em 1962, vítima de intoxicação pelas tintas.



## BLOCO DE NOTAS

### | Recorde de participação no ICMS Cultural

Olepha recebeu documentação de 691 municípios para análise e pontuação no ICMS Patrimônio Cultural exercício 2010. Esse número representa um aumento de 651% em relação aos 106 participantes do primeiro ano (1996).

Dezesseis cidades participam pela primeira vez da pontuação: Alto Caparaó, Arapuã, Barão do Monte Alto, Delta, Entre Folhas, Fortuna de Minas, Leandro Ferreira, Natércia, Ninheira, Palma, Planura, Santa Fé de Minas, São Sebastião da Vargem Grande, Senador José Bento, Sericita e Uruana.

O próximo passo é a análise da documentação pelos técnicos da Diretoria de Promoção, quando serão conferidas as informações prestadas pelos municípios. A lista com a pontuação provisória será divulgada em outubro.

Os valores do repasse, estimados por ponto, garantem ao município uma verba extra que pode ajudar no orçamento das prefeituras. Tombamentos federais e estaduais dos bens culturais nas categorias núcleos históricos, conjuntos paisagísticos bens imóveis e bens móveis recebem pontuação maior.

### | DPR retoma fiscalização

Para atender as necessidades dos municípios com relação à elaboração e armazenamento da documentação produzida para o ICMS Cultural e averiguar a veracidade das informações prestadas ao Iepha nos laudos de estado de conservação dos bens com tombamento municipal, a Diretoria de Promoção retomou, em abril, o Programa de Orientação e Fiscalização (POF).

O Programa começou a ser desenvolvido em maio de 2007, depois que as gerências de Cooperação Municipal (GCM) e de Documentação e Informação (GDI) verificaram, em cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Vale do Jequitinhonha, que documentações que deveriam estar armazenadas estavam incompletas e não eram acessíveis à população.

Dez municípios receberam o POF em 2008 e, para este ano, estão previstas mais 15 visitas. Entre 31 de março e 3 de abril, os municípios de Paraisópolis, Conceição dos Ouros, Cachoeira de Minas e Pouso Alegre, no Sul de Minas, receberam a visita dos técnicos e para este mês estão agendadas visitas às cidades de Patrocínio, Estrela do Sul e Monte Carmelo.

É importante ressaltar que a programa não tem caráter punitivo, e sim de orientação, como diz a gerente de Cooperação Municipal, Débora Marquetti: "Nosso principal objetivo é reduzir a distância entre o Iepha e os municípios mineiros, buscando assegurar e executar as políticas de descentralização da preservação".



Paço Municipal Presidente Tancredo Neves em Paraisópolis

## Artesanato delicado em Piranga

“Maio, é chegado o mês de Maria” e com ele a devoção das crianças que se vestem de anjos para coroar a Virgem. No município de Piranga, a 160 quilômetros de Belo Horizonte, essa tradição ganha força com Elizabeth Silva Lana, ou simplesmente Betinha, que há mais de 20 anos confecciona asas de anjo usando asas de patos criados soltos no terreiro de sua casa.

O trabalho é árduo. São necessários no mínimo três meses para que as asas — que podem medir até 1,7 metros e, dependendo do pato, podem ser brancas ou pretas - fiquem prontas. O trabalho de Betinha se diferencia do de outros artesãos, pois ela usa as próprias asas do pato, com acréscimo de penas de outras partes do corpo da ave, para confeccioná-las. “O trabalho é muito especial, porque o modo de fazer é diferenciado e característico da região de Piranga e Ouro preto. Não há armação extra por dentro, somente uma alça para prender a asa ao corpo das crianças”, relata Delmarí Ângela Ribeiro, arquiteta da Diretoria de Conservação e Restauração do Iepha, que conheceu o trabalho de Betinha em 2004.

Católica fervorosa, Betinha conserva vivas as lembranças das apinhadas procissões iluminadas pelos anjinhos. “Fico alegre ao lembrar os anjos adornando andores belíssimos ou mesmo caminhando nas ruas ao lado dos santos ou de Jesus e coroados Nossa Senhora”, revela.

Betinha aprendeu a arte com a cunhada e, como já criava patos, resolveu começar no ramo. Hoje não dá mais conta das encomendas. A artesã poderia ampliar seu negócio, se contratasse funcionários para ajudá-la na produção, mas prefere continuar solitariamente o ofício. “Capricho bastante nas asinhas. Para mim, não importa o tempo gasto. Fico feliz e satisfeita quando as vejo prontas e do meu gosto”. Mas para Tarcísio de Guadalupe, técnico da Gerência de Patrimônio Imaterial do Iepha, esse trabalho pode se perder se não for ensinado a outras pessoas.



▲ Em seu trabalho, Betinha usa asas autênticas

As asas feitas pela artesã adornam crianças vestidas de anjo nas procissões de Ouro Preto, Congonhas e outros municípios mineiros. Após várias entrevistas a meios de comunicação de Minas e de outros estados, Betinha recebeu muitas encomendas, inclusive para um desfile de moda. Verdadeiras obras de arte, suas asas já são famosas na capital mineira e conhecidas em São Paulo, Mato Grosso e até nos Estados Unidos.



▲ Os “anjinhos” enfeitam as ruas de várias cidades do interior durante o mês de Maio

# O fogo outonal

Antonio Maria Claret de Gouveia\*



Acervo Iepha

<< Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores, em Dores de Guanhães, que pegou fogo no início de 2009

**T**odos saudamos com alegria a chegada do outono neste ano. O verão foi severo em Minas Gerais, com chuvas intensas e eventos trágicos. Mas não é hora de descanso, em se tratando de riscos. De março a agosto, a umidade ambiente vai decrescendo, podendo chegar a níveis potencialmente maléficos para a saúde. Esta é também a hora em que nos preocupamos com o risco de incêndios, principalmente em edificações do período colonial, para que Minas Gerais não sofra com a estiagem como sofreu com as enchentes.

Há pelo menos duas razões para nos preocuparmos com o risco de ocorrência de incêndios severos nesta época. A primeira é direta: o decréscimo de umidade torna os materiais de construção mais vulneráveis às fontes de calor capazes de iniciar uma ignição. Tempos atrás, encontrou-se em Ouro Preto — de clima sempre frio e úmido, entre maio e agosto —, na estrutura de cobertura de um casarão, uma grande peça de madeira apenas superficialmente queimada em uma dada seção: naquele ponto, uma fiação elétrica sem isolamento produziu faíscas intermitentes durante muitos anos sem haver gerado um incêndio. A umidade trabalhou fervorosamente pela preservação, ao menos por esse lado.

A segunda razão é indireta: a ausência das chuvas leva os homens às obras. O casario antigo entra em manutenção: reformas de telhado, reparos de pisos e estruturas. O perigo, entendido como exposição ao risco de incêndio, está em dois eventos que parecem inevitáveis: o uso de grande quantidade de madeira para auxílio em obra — como escoras, andaimes e proteção de canteiro — e o método de trabalho.

Em Ouro Preto, para novamente citar um exemplo, a proteção das fachadas em obras é feita comumente com estrutura e chapas de madeira. Isto traz para dentro da edificação, ou para muito próximo dela, um volume de madeira que representa um acréscimo significativo de carga de incêndio. Ora, as chances de um incêndio severo elevam-se muito. Jamais se pode esquecer que o risco maior

nos conjuntos arquitetônicos coloniais mineiros é a generalização do incêndio, envolvendo várias edificações. Maior carga de incêndio, de algum modo associada à edificação, representa maiores temperaturas, maior dificuldade de combate a incêndio e maior risco de propagação por radiação.

Não menos preocupante é o método de trabalho nessas obras. A interação dos trabalhadores com a edificação pode trazer risco de ativação de incêndios, seja pelo simples preparo do café, seja pelo uso de aparelhos elétricos como os de soldagem. Nesse caso, o incêndio da Igreja do Carmo, em Mariana, em 21 de janeiro de 1999, é o exemplo: produtos químicos trazidos para dentro do prédio, em razão do trabalho de restauração, foram causadores da maior severidade do incêndio.

Cabe agir agora. Um elenco de ações pode ser sugerido: levantar as ações de manutenção em edifícios tombados que ora estão em curso; em cada uma, levantar o perigo de incêndio pela estimativa da carga de incêndio total na edificação ou no seu entorno (a distância menor que dois metros); avaliar o risco do processo de trabalho, tomando como fator indicativo de risco a quantidade de calor liberada para o meio ambiente; treinar equipes para o trabalho específico neste tipo de edificação; elaborar planos de combate de incêndio, incluindo estudo do acesso de viaturas.

Inícios de incêndio são aleatórios, mas incêndios severos podem ser prevenidos por projetos de arquitetura e de engenharia. As intervenções no patrimônio histórico devem ser precedidas de projetos, como é óbvio, mas esses projetos não podem desconhecer a vulnerabilidade das edificações ao incêndio, especialmente quando o ambiente é seco, a carga combustível é elevada e o descuido pode causar grande desastre.

\*professor da Universidade Federal de Ouro Preto

## Pico do Ibituruna - Governador Valadares



A atração mais conhecida de Governador Valadares, na região Leste de Minas Gerais, o Pico do Ibituruna tem altitude de 1.123 metros do nível do mar e 990 metros do nível do Rio Doce, que corta a cidade. Por sua grandiosidade, tornou-se marco de referência para os que chegam à região. A beleza da paisagem que se descortina do alto do pico é outro fator que fascina quem conhece o Ibituruna.

As famosas “térmicas valadarenses” — bolsões de ar quente que impulsionam asas-deltas e parapentes — são consideradas as melhores do mundo. Por isso, passaram a atrair amantes do voo livre de todas as partes do mundo. Daí a cidade ficar conhecida por Capital Mundial do Voo Livre. Trilhas para caminhadas, passeios de bicicleta e corredeiras para canoagem são outros atrativos para o público que gosta de aventura.

Nas plataformas e rampas do Ibituruna são realizados diversos campeonatos internacionais e nacionais de voo livre. Lá estão instaladas plataformas para salto em madeira e outras naturais, possibilitando várias decolagens ao mesmo tempo.

**Ibituruna em tupi-guarani significa  
Serra Negra ou Pedra Negra**

No ponto mais alto do pico, está uma imagem de Nossa Senhora das Graças, feita na cidade paulista de Campinas. Uma curiosidade sobre a estatua: foi dividida em blocos para facilitar o transporte, por causa de seu peso de 40 toneladas. A Santa, como é chamada pelos moradores de Valadares, é um dos dez maiores monumentos feitos em concreto do Brasil. Abençoada em janeiro de 1963, a imagem tem 13 metros de altura. Infelizmente hoje rodeada por imensas torres de tevê e rádio, ela ganhou iluminação ornamental em 2000 e pode ser vista mesmo a quilômetros de distância, inclusive à noite. De dia, a visão das várias asas-deltas e parapentes é outro espetáculo para os olhos.

Recentemente, foi divulgada a proposta de se construir no Pico do

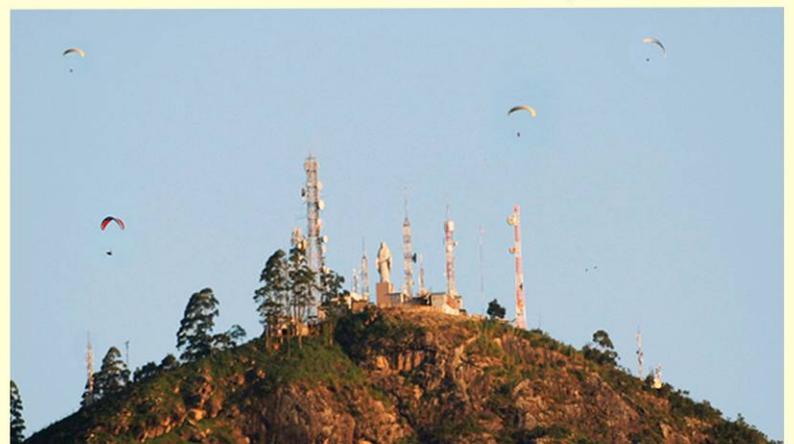
Ibituruna o Mosteiro Coração de Jesus, ocupando uma área de 25 mil metros quadrados. Com projeto do arquiteto valadarenses Adolpho Campos, a edificação deverá ser construída pela Associação do Sagrado Coração de Jesus, que procura parceiros para que a obra seja feita ainda neste ano.

### | Riqueza ambiental

O Pico do Ibituruna é considerado Área de Proteção Ambiental – APA —, desde 1992. Nele são encontrados remanescentes da Mata Atlântica, mananciais de água cristalina, fauna e flora raras e bem diversificadas. Na região foram catalogados mais de 240 espécies de plantas e animais, alguns ameaçados de extinção como a jagatirica e o gato-do-mato.

O Pico também é tombado como patrimônio paisagístico pela Constituição Estadual, 1989, art.84. E, desde 2003, o chamado “Complexo Monumentos do Ibituruna”, que compreende, além do pico, a Santa e a Capela/pedestal, é tombado pelo município de Governador Valadares.

Referência: Dossiê enviado para pontuação no ICMS – Patrimônio Cultural – Iepha/MG, exercício 2008



## A Coroação de Maria

**E**mbora nenhum texto canônico evoque diretamente a coroação de Maria no Céu, a Igreja sempre a reconheceu na "Mulher revestida de sol e coroada de estrelas" do versículo 1 do capítulo 12 do Apocalipse, a própria virgem Maria.

Assim, a tradição da Igreja afirma que, depois da sua Assunção ao Céu, a Virgem Maria foi nele acolhida pela Santíssima Trindade como Rainha do Céu e da Terra, com um arrebatamento expresso, ao mesmo tempo, pelo próprio Deus e por todas as criaturas da Corte celeste reunidas para sua coroação real.

A iconografia mostra Maria sentada à direita de Deus Pai que lhe põe a coroa de rainha. Outra possibilidade é a representação da Virgem coroada pela Trindade, com o Pai à direita do espectador, o Filho à direita do Pai e o Espírito Santo em uma posição central, figurado simbolicamente como uma pomba.

O culto é anualmente atualizado no mês de maio, em todo o estado de Minas Gerais, quando crianças em roupas de anjo coroam a imagem da Virgem.



^ Vitral de Igreja Nossa Senhora do Carmo, em Belo Horizonte

### Para saber mais sobre a iconografia da Virgem Maria:

Durante os meses em que essa página foi publicada, recebemos vários pedidos de leitores interessados em fontes sobre a iconografia da vida da Virgem Maria. Assim, selecionamos alguma bibliografia que pode complementar e enriquecer os temas relacionados aos conteúdos aqui publicados.

ALTER, Robert, KERMODE, Frank. Guia Literário da Bíblia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

APÓCRIFOS PROSCRITOS DA BÍBLIA. Compilação de Maria Helena de Oliveira Tricca. Editora. Mercúrio, São Paulo - 1989

BOYER, Mari-France. Culto e Imagem da Virgem – Oferendas, Ornamentos e Festivais. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.

BOYER, Mari-France. Culto e Imagem da Virgem – Oferendas, Ornamentos e Festivais. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.

ETZEL, Eduardo. Arte Sacra – Berço da Arte Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

ETZEL, Eduardo. Nossa Senhora da Expectação ou do Ó. São Paulo: BOVESPA, 1985.

ICONOGRAFIA da Virgem Maria. Belo Horizonte: IEPHA / MG, 1982. Caderno de Pesquisa 1.

ICONOGRAFIA Nossa Senhora. São Paulo: Museu de Arte Sacra de São Paulo, S/D.

LIMA JUNIOR, Augusto. História de Nossa Senhora em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LORÊDO, Wanda Martins. Iconografia Religiosa – Dicionário Prático de Identificação. Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002.

MÂLE, Émile. L'Art Religieux de la fin du Moyen Âge em France. Paris: Armand Colin Éditeur, 1995.

MARINO, João. Iconografia de Nossa Senhora e dos Santos. São Paulo: Banco Safra – Projeto Cultural, 1996.

SANTOS, Armando Alexandre dos. O Culto de Maria Imaculada na Tradição e na História de Portugal. São Paulo: ARTPRESS Gráfica e Editora, 1996.

VARAZZE, Jacopo de. Legenda Áurea - Vidas de Santo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZUFFI, Stefano. Episodios y personajes del Evangelio. Barcelona: Mondadori Electa, 2003.